



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO: Concessão e
impacto sobre a renda dos microempreendedores no município de
Poções – BA.**

**Clessius Lima Rocha
Graduando no curso de Ciências Econômicas**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2016**

**MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO: Concessão e
impacto sobre a renda dos microempreendedores no município de
Poções - BA, no ano de 2013**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista – BA, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Roberto Paulo M. Lopes

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2016

CLESSIUS LIMA ROCHA

MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO: Concessão e impacto sobre a renda dos microempreendedores no município de Poções - BA, no ano de 2013.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Prof.
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Prof.
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2016

Àquela que me deu a vida e, com todo o seu carinho, nada pediu em troca!

AGRADECIMENTOS

Um momento tão esperado, mas, quando chega, é uma surpresa, de tão sem palavras que ficamos...

Dizer um tchau à rotina com os colegas, companhias diárias de tantos anos, não é fácil, pois o tempo nos fez amigos, e saber que é a hora de cada um tomar o seu rumo, que os encontros ficaram mais escassos, deixa o coração apertado. Fica a alegria de saber que o sucesso, certamente, aguarda a todos.

Sinto-me muito grato de poder ter tido a atenção do corpo docente do curso de Ciências Econômicas, sempre amparando nossas inquietações, ampliando nossos horizontes e à disposição não só para educar, mas também para formar cidadãos críticos, conscientes e sensíveis.

Agradeço do fundo do meu coração, a minha mãe, minha maior referência do que é o amor; e TODA a minha família, pelo carinho e incentivo, mostrando que nunca é tarde demais para buscarmos novos horizontes. Um obrigado especial à minha irmã e avó que não estão presentes, fisicamente, mas que serão, eternamente em minhas memórias, minhas maiores inspirações. Ao meu irmão, amigo de todas as horas, o qual tenho a alegria de ter sempre ao meu lado.

Aos amigos que, de tão chegados, se tornaram família, um muitíssimo obrigado pela presença, carinho, e por nunca deixarem dúvidas de que torcem e acreditam no meu sucesso.

Como não poderia deixar de ser, agradeço a Deus por ser o meu eterno Porto Seguro.

*"É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar.
É melhor tentar, ainda que em vão que sentar-se, fazendo
nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias frios em casa me
esconder.
Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver [...]"
Martin Luther King.*

RESUMO

O microcrédito evidencia-se como uma alternativa das políticas públicas de combate às desigualdades sociais. Assim, o presente estudo busca evidenciar as consequências sobre os níveis de renda dos microempreendedores, os perfis dos tomadores e o atendimento ou não das finalidades do crédito no setor formal e informal da economia, diante das concessões do microcrédito produtivo orientado (MPO), pela CAIXA no ano de 2013, na cidade de Poções – BA. Para tanto foram utilizados outros estudos acadêmicos sobre o MPO que serviram de referencial teórico e permitiram compreender melhor os efeitos do microcrédito. Desta forma, ficou constatado que os acréscimos de renda e a inserção dos microempreendedores no mercado só se concretizaram, na maioria das vezes, quando houve devida aplicação do crédito. Pois, também ficaram comprovados os desvios de finalidade do crédito, na correlação com os níveis de inadimplência, culminando, muitas vezes, com os insucessos daqueles pequenos negócios.

Palavras-Chave: Crédito, Microcrédito, Microcrédito Produtivo Orientado, Microempreendedores, Informalidade.

ABSTRACT

Microcredit is evidenced as an alternative public policies to combat social inequalities. Thus, this study seeks to show the consequences on the income levels of microentrepreneurs, the profiles of the borrowers and the service or not for credit purposes in the formal and informal sector of the economy, given the concessions of oriented productive microcredit (MPO), the CAIXA in 2013 in the city of Poçoões - BA. Therefore, we used other academic studies on the MPO that served as the theoretical framework and allowed better understand the effects of microcredit. Thus, it was found that the increases in income and the inclusion of microentrepreneurs in the market only to materialize, most of the time when there was proper implementation of credit. For, they were also proven the credit purpose of deviations in correlation with the levels of default, culminating often with the failures of those small businesses.

Keywords: Credit, Microcredit, Productive Microcredit, Micro-entrepreneurs, Informality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação dos Setores no PIB da Bahia 2013	53
Gráfico 2 – Comparação entre os Percentuais de Inadimplência do MPO entre os Municípios de Itapetinga, Poções e Brumado.....	61
Gráfico 3 – Atividades Econômicas - Microempreendimentos no Município de Poções, BA, 2013	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios Baianos (RMS X Sudoeste da Bahia) com Número de Instituição e <i>Ranking</i> no PIB, 2008	57
Tabela 2 – Ocorrências nos Contratos de MPO Efetivados no Ano de 2013 em Poções, BA	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BA – Bahia

BACEN – Banco Central do Brasil

BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil

BB – Banco do Brasil S.A.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BRADERCO – Banco Brasileiro de Descontos S.A.

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CGAP – *Consultative Group to Assist the Poor* (Grupo Consultivo de Assistência à Pobreza)

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

G8 – Grupo dos Oito Países Mais Ricos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDESP – Instituto para o Desenvolvimento de Estudos Econômicos Sociais e Políticas Públicas

IFS – Instituições Financeiras

IMFS – Instituições Microfinanceiras

MN AD – Manual Normativo Administrativo CAIXA

MPO – Microcrédito Produtivo Orientado

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONGS – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil

PBE – Programa Bolsa Escola

PBF – Programa Bolsa Família

PDE – Programa de Desenvolvimento Econômico

PIB – Produto Interno Bruto

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

REPLAN – Refinaria de Paulínia

RLAM – Refinaria Landulpho Alves - Mataripe

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SCMS – Sociedades de Crédito aos Microempreendedores

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 CONCEITOS E DISTINÇÕES: CRÉDITO, MICROFINANÇAS E O MICROCRÉDITO	
1.1 O Crédito: aspectos conceituais	28
1.2 Microfinanças e o Microcrédito: conceituação e metodologia	29
2. O MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (MPO)	
2.1 Conceitos e Mecanismos do MPO	35
2.2 Microcrédito no Brasil: breve histórico	44
3. REGIONALISMO NA BAHIA E EXPERIÊNCIA DO MPO NO MUNICÍPIO DE POÇÕES, BA.	
3.1 Aspectos Regionais e Transformações Econômicas	49
3.2 O Microcrédito Produtivo Orientado no Município de Poções, BA: resultados e discussões	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXO	68

INTRODUÇÃO

O microcrédito tem destaque na literatura econômica, uma vez que se observa a promoção de políticas, programas e ações nos quais este tipo de crédito vem se confirmando como medida privilegiada na agenda da administração pública. O microcrédito é, pois, alternativa para solução dos problemas relacionados à pobreza e às desigualdades de oportunidades de emprego e de renda, no âmbito das intervenções governamentais.

Em diversos países ditos subdesenvolvidos, como o Brasil, tais intervenções utilizam o microcrédito tanto como ferramenta de incentivo ao desenvolvimento de empreendedores, quanto como objeto de políticas públicas de amparo àqueles que se encontram à margem dos sistemas de crédito tradicionais. Não diferentemente, o microcrédito produtivo no Brasil delinea-se como o instrumento pelo qual se pretende atender a população pobre na perspectiva de minimizar o desemprego.

Estes empreendedores, dito anteriormente, se referem àqueles já em atividade, ou principiantes, sejam eles da economia formal como da economia informal. Assim, Parente (2002) revela que, antes do reconhecimento do microcrédito como setor formal de crédito de atendimento aos pobres, como ocorre na contemporaneidade, estes recorriam aos serviços financeiros informais. Já estudiosos como Fiori *et al.* (2004) aprofundam que,

[...] na categoria de serviços financeiros informais, são incorporadas várias modalidades de acesso, cujos atributos se referem aos empréstimos concedidos por agentes financeiros não oficialmente legalizados, tanto para pessoas físicas como para jurídicas que atuam na economia formal e informal, a constituição de poupanças voluntárias por pessoas ou grupos de pessoas junto a agentes não habilitados oficialmente e empréstimos adquiridos com familiares. Já os agentes financeiros formais são instituições oficialmente constituídas e regulamentadas, como é o caso dos bancos múltiplos comerciais e cooperativos; sociedades de crédito; financiamentos e investimento às financeiras; sociedades de fomento comercial – as *factorings*; cooperativas de crédito; consórcios; e as Sociedades de Crédito ao Micro Empreendedor (SCMS). (FIORI, *et al.* 2004, p. 74)

Desta forma, estes autores destacam que a informalidade existe por séculos nas diversas sociedades que não se utilizavam de moeda como instrumento de troca, como por exemplo, quando pessoas se reuniam para realizar determinado trabalho e comunitariamente se ajudavam mutuamente.

Esta percepção dos referidos autores é interessante pelo que se revela sobre finança informal, onde as relações de troca ocorrem sem interferência do dinheiro, mas sim dando significado ao sentido social do trabalho. De fato, essas relações de troca se aproximam da economia social acerca dos fenômenos econômicos e, por conseguinte, dos fatos que o sistema financeiro vincula ao desenvolvimento da sociedade, como no caso das finanças solidárias.

Assim, faz-se necessária apresentação numa abordagem que ofereça melhor compreensão do emprego do microcrédito, proporcionando popularização e noção prática do Microcrédito Produtivo e Orientado (MPO), o qual está inserido no mercado financeiro no campo das microfinanças. Desta maneira, o debate e o respeito à matéria, pautados também na ética, se tornam necessários e nortearão o processo investigatório e elucidativo da pesquisa neste trabalho.

Estes são elementos que serão tratados ao longo deste estudo objetivando o conhecimento dos efeitos sobre a renda e os negócios dos microempreendedores, dos mecanismos de aplicabilidade e finalidade desses créditos.

De acordo com Mota (2011), o microcrédito surge na década de 1970 e se apresenta como uma das ferramentas colaborativas no combate à discriminação dos pequenos e microempreendedores no acesso ao crédito, em associação com outras ações públicas e privadas.

Ainda conforme o autor, tais medidas de combate às distorções sociais ocorrem no sentido de se democratizarem as oportunidades para os menos favorecidos que, por muitas vezes estão fora do circuito da produção formal, compondo parte do que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) passou denominar de economia informal.

Já para Silva (2013), o microcrédito é um tema ainda controverso mesmo após algumas experiências pelo mundo - seja por ineficiências administrativas, ou por incapacidades que resultaram em críticas na sua metodologia de concessão, trazendo à tona uma série de discussões quanto a sua eficiência e eficácia enquanto ferramenta de combate às desigualdades sociais e à pobreza.

Conceitualmente, o Microcrédito Produtivo e Orientado (MPO) - compondo o campo das microfinanças e, por conseguinte uma vertente do microcrédito - é regulamentado no país pelo BACEN e por força de Lei instituída em 2005, tem por objetivo atender a um perfil específico do público tomador e garantir o desenvolvimento de atividades microempreendedoras.

As razões teóricas e/ou práticas que justificam a aplicabilidade e a eficácia do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) nesta monografia se devem à escassez de estudos que permitam compreender melhor os efeitos do microcrédito no município de Poções – BA, até o presente momento. Embora existam diversos estudos acadêmicos sobre o tema com relevância científica em outras regiões.

Aqui, estes estudos – tanto de categorias conceituais como também de categorias de análise no contexto das narrativas - servirão de referencial teórico e vão construindo este documento, dialogando com os autores que deram rumo também a este estudo, sem, portanto, apresentar um capítulo teórico específico.

Deste modo, a delimitação espacial e temporal desta monografia no universo de concessões de MPO, compreende o município de Poções no Estado da Bahia dos créditos concedidos pela CAIXA pelo fato da base de dados estar facilmente disponível ao pesquisador. Portanto, busca-se uma análise mais específica, mas não menos proveitosa, que contribua para elucidação dos fatos buscados.

O período da análise estará compreendido entre de janeiro de 2013 a dezembro deste mesmo ano, pelo fato deste tipo de oferta de crédito iniciar-se na referida região em 2011, e também por já está consolidada em 2013. Haja vista os créditos serem concedidos por prazos que variam de 6 (seis) a 12 (doze) meses, neste caso, recorte utilizado para a abordagem e levantamento das hipóteses tratadas nesta pesquisa.

De modo geral, esta monografia teve como base de análise os microempreendedores tanto formais como informais na economia nos setores do comércio e dos serviços, no município de Poções, BA. Abordou, também, o acompanhamento dos trâmites formais da concessão e manutenção do crédito ofertado pela Caixa Econômica Federal no referido município, e fez parte precípua deste estudo a intenção de se:

- Avaliar o acréscimo de renda dos negócios decorrente do MPO empregado, e verificar a ocorrência de mudanças socioeconômicas;
- Identificar o perfil e a inserção dos microempreendedores no mercado econômico;
- Apontar os desvios de finalidade do crédito e a correlação com os níveis de inadimplência e insucessos da população tomadora do MPO.

Embora o microcrédito seja de modo geral a oferta de pequenos créditos à população, este estudo sobre MPO de maneira específica, busca responder a três questionamentos essenciais, no município de Poções, BA:

- i) O MPO atende o público tomador, garantindo o desenvolvimento das atividades microempreendedoras investidas na região e o incremento de renda dos microempreendedores após a tomada do crédito;
- ii) O perfil dos tomadores do MPO atende aos requisitos legais previstos?
- iii) As operações de crédito foram devidamente alocadas para desenvolvimento das atividades propostas em contrato?

Em face deste cenário, este estudo apresentará no capítulo 1 as noções conceituais de crédito, e mais especificamente no campo das Microfinanças: o Microcrédito, se subdividindo em Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) – este último o objeto alvo.

Desta forma, ao se analisar estes tipos de crédito, busca-se sua melhor conceituação baseada nas diversas opiniões de estudiosos na área, além da procura pelo entendimento de sua capacidade de financiar e desenvolver os microempreendedores formais e informais da economia.

No capítulo 2, apresentar-se-ão as definições do MPO, seus mecanismos e particularidades, como também os desafios de sua concepção, sua importância e o modo legal como fora definido no Brasil. Serão tratados: a seleção dos partícipes, além do trâmite operacional de concessão e manutenção do Programa Microcrédito Produtivo Orientado e sua aplicabilidade.

No capítulo 3, este trabalho buscará analisar e confrontar os dados aproveitando-se dos cadastros, volumes de créditos ofertados, entrevistas a serem realizadas pelo recorte da população, no município de Poções, BA e região, dos tomadores avaliados no setor informal do comércio e serviços. Ainda neste terceiro capítulo, será feito um recorte da atuação da Caixa Econômica Federal, especificamente das ações desta instituição na referida localidade.

Por fim, na conclusão desta monografia, diante da avaliação geral deste estudo de caso será analisado o Microcrédito Produtivo Orientado, ofertado no ano de 2013 no município de Poções, BA, nos setores do comércio e serviços. Este estando norteado pelos princípios instituídos pela Lei n.º 11.110/2005 que rege o

desenvolvimento das atividades microempreendedoras, e a verificação da possível alavancagem dos negócios dos microempreendimentos, considerando se houve a devida finalidade do crédito.

1 CONCEITOS E DISTINÇÕES: CRÉDITO, MICROFINANÇAS E O MICROCRÉDITO

1.1 Crédito: aspectos conceituais

A palavra crédito origina-se do verbo latino “credere” (crer, acreditar, confiar) e em geral relaciona-se à confiança e boa reputação. Desta forma, créditos representam e podem ser pensados como comprovantes dos serviços prestados vinculados à entrega prévia de bens existentes, numa relação de confiança entre os fornecedores dos recursos e os demandantes. (SCHUMPETER, 1982).

Ainda segundo Schumpeter (1982), há a existência do crédito normal que cria direitos ao dividendo social. A este respeito, o autor é bastante explícito e nos dá a noção mais enxuta do conceito de crédito e esclarece aqui meramente a definição mais ampla desta conceituação.

Mais à frente, o mesmo autor, se aprofunda e expõe o caso de empresas que trabalham com crédito, ou seja, aquelas que exercem atividades de vendas a prazo, e aponta onde pode surgir um agravante. Quando, por exemplo, as margens de lucro das empresas tomadoras serem relativamente pequenas, pois isso pode comprometer a rentabilidade, a depender do nível de valores a receber de títulos incobráveis.

Na proporção do que se refere às contas a receber quanto ao relativo às contas a pagar, o crédito tem, pois, um sentido amplo. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008). Segundo esses autores, de um lado está a atitude abordada pela empresa de lidar com maior ou menor concessão de crédito, sob influência das condições competitivas do mercado em que se insere e os riscos que este apresenta.

Por outro lado, ao conceder crédito tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, é de suma importância que a empresa analise essa atividade sob a ótica de quem quer promover uma parceria comprometida com a cadeia produtiva, estabelecendo uma relação “ganha-ganha” de forma viável economicamente.

Assim, quando o crédito se refere às finanças (PARENTE, 2002; MOTA, 2011; SANTOS; GOIS, 2011), significa empréstimo, montante disponibilizado a outrem sob determinadas condições, a se fazer uso dele para depois ser restituída ao seu credor.

Aqui precede a ideia de que o tomador detém a confiança do dono dos valores disponibilizados, a despeito de que a cessão não ocorreria não fosse presumida a devolução do montante acrescido de juros no prazo determinado entre os envolvidos na operação.

Neste escopo é que são definidos os parâmetros das transações, como taxas de juros, prazos e capacidade de pagamento do tomador. E é neste contexto que são buscadas argumentações a respeito da contribuição destes financiamentos para a redução das disparidades sociais e da pobreza.

Há também uma atenção especial à caracterização das famílias pobres ou indivíduos excluídos do cenário econômico que buscam este tipo de crédito e sua comparação com os cenários já existentes das experiências pelo mundo no que concerne à busca para a melhoria do bem estar social.

É dentro desta perspectiva, que o microcrédito é também apresentado como uma proposta alternativa e complementar às políticas públicas, não somente para erradicação da fome e da miséria, mas, como um projeto articulado para se criar e desenvolver pequenos empreendimentos importantes no setor produtivo local.

Além disso, o microcrédito é instituído ao mesmo tempo para dar possibilidade de ampliação de renda aos microempreendedores formais ou informais inseridos no mercado financeiro, porém afastados do sistema de crédito tradicional.

1.2 Microfinanças e o Microcrédito: conceituação e metodologia

A partir daqui, defini-se por base a análise micro financeira, fixando nos conceitos e nas distinções entre as microfinanças e, dentro destas, especialmente: o microcrédito. Mais adiante será tratado o MPO que se configura como um microcrédito de características específicas, sendo esta análise prévia uma forma de se tentar garantir melhor entendimento de sua origem e de seus mecanismos.

Inicialmente, para esta análise precedente, Cacciamali (2008) enfatiza a universalidade financeira fundamental, a cerca das microfinanças, quando diz:

[...] cabe destacar que o campo da microfinança define-se crescentemente em três espaços: na ciência interdisciplinar sobre a qual criou e desvenda uma base consolidada de conhecimento; na prática das políticas públicas em nível global, visto a sua característica de seguir princípios de mercado; e na extensão e aprofundamento dos mercados, estendendo as atividades

financeiras para populações e regiões onde bancos e outras instituições financeiras de maior porte não atuam [...] (CACCIAMALI, 2008, p.149)

No entendimento da autora, a primeira justificativa refere-se ao fato de que as microempresas representam um segmento chave para a manutenção do emprego, especialmente dos trabalhadores menos qualificados, perfil da maioria destes no Brasil e nas regiões mais pobres.

Já o segundo argumento diz respeito à utilização do microcrédito como um instrumento para atenuar a situação de pobreza; e o terceiro ponto enfatiza o acesso ao crédito como engrenagem do desenvolvimento econômico.

O BNDES entende as microfinanças como uma concessão de serviços financeiros, tais como crédito, poupança e seguros a microempreendedores e famílias de baixa renda, compreendendo o Programa de Desenvolvimento Econômico do Governo Federal. (BNDES, 2013).

Historicamente, a experiência do microcrédito teve repercussão internacional após o professor e economista Muhammad Yunus iniciar movimento social, na década de 1970, para disponibilizar recursos financeiros aos pobres em Bangladesh, um dos países mais desfavorecidos da Ásia, sendo mais tarde consagrado Prêmio Nobel da Paz em 2006, pela concretização do sucesso socioeconômico das experiências com o microcrédito pelo mundo.

Yunus observou que pequenos empreendedores não tinham acesso ao crédito em bancos tradicionais para financiar suas pequenas atividades produtivas, e acabavam recorrendo a agiotas. Preocupado com a situação dos desfavorecidos próximos à Universidade onde lecionava – Universidade de Chittagong – iniciou nos anos 1970, com seu próprio dinheiro e ajuda de alguns alunos, um trabalho de concessão de empréstimos a alguns destes pequenos empreendedores daquela localidade.

O referido economista preocupava-se em atender os que, a primeira vista, não ofereciam nenhuma garantia de recuperação dos empréstimos e, por isso, eram rejeitados pelas instituições financeiras tradicionais. Ao perceber o efetivo retorno dos créditos, bem como a melhoria de vida dos atendidos por aquela experiência, buscou financiamentos e doações junto a IFS internacionais, e com apoio do Banco Mundial, para criar o *Banco Grameen*, em 1976.

Dessa forma, utilizando uma metodologia própria de análise e concessão de crédito baseado na confiança e na solidariedade mútua entre tomadores de crédito,

Yunus conseguiu que o MPO constituiu-se numa referência internacional de oferta de pequenos créditos, instituindo assim, o microcrédito, beneficiando centenas de pequenos empreendedores, principalmente no setor informal de Bangladesh, e sem perspectivas de acesso aos serviços de créditos tradicionais.

Com essa difusão dos casos bem sucedidos de microcrédito pelo mundo, novas fontes de seu entendimento foram formalizadas. O ideal de microcrédito se ampliou e as instituições operantes receberam maior enfoque.

O programa do microcrédito é então implementado e inicialmente chama as atenções de diversos setores da sociedade a fim de se mitigar a pobreza extrema e alavancar os negócios de microempreendedores, fazendo chegar-lhes às mãos oportunidades de investimentos.

Mota (2011) vai destacar o aparecimento destas relações de interesses para os pequenos créditos que se convergem para um intuito comum:

[...] as instituições sem fins lucrativos, juntamente com a sociedade civil e organizações de cooperação internacional construíram no Brasil, juntas, esta alternativa de financiamento para a população de baixa renda, objetivando ampliar as oportunidades para aqueles que não encontravam ocupação nem renda.

Estas instituições levantaram a discussão em torno do tema, entendendo e propagando seus objetivos e importância, fundindo o que conheciam: a ação social com o desconhecido e temido mundo financeiro e dos negócios, demandando do Estado condições melhores para viabilização e ampliação do alcance do microcrédito (através do aparato legal e apoio institucional, logístico e financeiro)

Testaram e aperfeiçoaram métodos e formas de apoio aos seus associados. Além de desenvolverem, primariamente, sistemas tecnológicos na estruturação para programas, dando subsídios para entendê-lo, acompanhar/monitorar, refletir, discutir e modificar conforme as exigências para alcançar seu público. [...] (MOTA, 2011, p.27)

Para melhor compreensão, esbarramos numa das grandes dificuldades dos estudos no campo da economia informal que é sua definição. Segundo Amaral (2005), a vasta bibliografia que trata dessa temática emprega termos adjetivos como “espontâneo”, “tradicional”, “não estruturado”, “transitório”, “paralelo”, “inferior”, “marginal”, e também a utilização de “subterrâneo” e “clandestino”.

O geógrafo Milton Santos (1979), alimentado por formas não convencionais do capitalismo moderno, denomina as economias informais de circuito inferior da economia, quando assim apresenta em sua obra a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana, com a análise entre os Circuitos Superiores e Inferiores nos processos econômicos.

No entendimento deste processo de retroalimentação entre credores (Circuito Superior) de um lado, e tomadores (Circuito Inferior) de outro, estes agentes estariam configurados, respectivamente, pela Caixa Econômica Federal, e pelos microempreendedores, no presente estudo de caso.

Apesar de a terminologia “economia informal” não parecer adequada, ainda é a mais utilizada nas pesquisas acadêmicas e governamentais, e é a confluência entre o que seja formal e informal que será utilizada aqui nesta análise, a saber, que:

[...] Apesar das diferenças encontradas entre economia formal e informal, ambas dividem o mesmo espaço urbano, embora o uso do território seja realizado em escalas desiguais com base no poder de fluidez de cada segmento. A atuação restrita, local ou regional da economia informal não suprime sua presença expressiva para geração de trabalho e renda. [...] SEI, (Conj. & Planej., Salvador, n.183, abr.-jun. 2014).

Microcrédito é uma vertente das microfinanças, esta, portanto, mais abrangente que a primeira, e tem sentido de um conjunto maior englobando um arcabouço mais extenso destas operações de reduzido vulto.

Em nota técnica do Banco Central do Brasil (2006), microfinanças é definida como a “prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados”.

De acordo com Parente (2002), a palavra *micro* significa *pequeno* e associada à palavra crédito tem a noção de crédito de pequena monta. Contudo, mais adiante em seu raciocínio, a autora contesta esta leitura, pois não é esta a definição desejada que se queira dar à função do microcrédito, já que este não se resume apenas numa noção de valor, e completa definindo que o microcrédito:

[...] carrega um conjunto de atributos relativos à forma como o crédito é concedido e restituído, à finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador: [...] à camada da população de mais baixa renda, em geral excluída do sistema financeiro convencional, em especial os microempreendedores do segmento informal da economia. [...] A palavra microcrédito não significa, pois, doação, filantropia nem transferência de renda [...] (PARENTE, 2002, p.16)

É neste contexto que a autora busca explicitar o microcrédito enquanto novo mecanismo financeiro de diferente relação de confiança entre as partes, que pode perdurar por mais tempo que o estabelecido no contrato inicial, adaptar-se e ser economicamente viável. Essa viabilidade é substancial tanto para quem toma o

crédito quanto para quem o concede - seja ela uma organização financeira governamental, privada ou da sociedade civil.

Ainda sob esta ótica, Santos & Gois (2011) buscam a separação entre os créditos oferecidos sem uma destinação específica e aqueles que se destinam a pequenos negócios, formais e informais com maior potencial gerador de trabalho e renda.

Esses autores também se amparam nas premissas de Soares & Melo (2008), pois, segundo estes autores, o termo microfinanças refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, historicamente excluída do sistema financeiro tradicional.

Para melhor entendimento das organizações que atuam com pequenos créditos é feito um recorte amparado pelos autores Santos & Gois (2011) quando definem a existência de IFMS inseridas no mercado das microfinanças. Assim, estas IFMS são especializadas em ofertar esses tipos de crédito e tem papel preponderante diante da concessão destes serviços, a saber:

[...] constituem-se na forma de organizações não governamentais (ONGS), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS - **Lei n.º 9790 de 23/03/1999**¹) cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao microempreendedor e empresas de pequeno porte (SCMS - **Lei n.º 10.194 de 14/02/2001**²), fundos públicos, além de bancos comerciais e públicos e privados [...] (SANTOS & GOIS, 2011, p.25, grifo do autor).

Diferentemente de outras atividades microfinanceiras, a atividade do microcrédito se distingue primordialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para operações de crédito tradicionais.

Essas ofertas de microcrédito são definidas por aqueles autores como aquelas que, no contexto das microfinanças, se ocupam a prestar serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte.

Nesse íterim, para Santos & Gois (2011) a atividade do microcrédito é entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância para políticas públicas de superação da pobreza e também pela geração de trabalho e

¹ Lei que inclui as instituições não governamentais especializadas em microcrédito, (MOTA, 2011, p.31).

² Lei que autoriza a criação de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SMC) – regulamentada pelo BACEN – visando atrair a participação do capital privado no setor, MOTA (2011, p. 31).

renda. Sinteticamente, e reafirmando estes conceitos, Mota (2011) define o microcrédito considerando-o como a:

“[...] oferta de crédito para microempreendedores informais (na sua maioria), via uma metodologia creditícia, que respeita a realidade e a condição material destes, viabilizando a concessão de operações de “pequenos” montantes para centenas de indivíduos [...].”(MOTA, 2011, p.22).

É importante ressaltar, a partir daqui, que as políticas do Governo geram certa confusão entre os termos políticas de microcrédito e bancarização. Este último foi definido com base na expansão da rede bancária com estímulo do Governo Federal. Para tanto, os diversos governos atuaram para que a parcela da população mais pobre pudesse ter acesso ao sistema financeiro nacional, sem necessariamente a inclusão de inovações tecnológicas de concessão de crédito proposta pela ideia de microcrédito.

Segundo Parente (2003), nota-se a preocupação do Governo em direção à inclusão bancária da população de baixa renda. Mas isso só não garante o acesso destes aos empréstimos mais em conta, e não obriga os bancos a emprestar para os mais pobres e com taxas mais baratas.

Os desafios da concessão e manutenção estão em fazer com que os créditos retornem e possam ser sustentáveis, sobretudo com relação à sua continuidade no tempo e que sejam independentes de mudanças institucionais e das políticas governamentais. Portanto, as atividades econômicas também devem ser viáveis.

2. O MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (MPO)

2.1 Conceitos e Mecanismos do MPO

O conceito mais estrito de microcrédito consolidou-se com a instituição da Lei n.º 11.110, de 25 de abril de 2005 pelo Governo Federal ao apresentar o PNMPO em seu sentido mais específico, dado a necessidade de se criar meios de se combater a pobreza extrema e o estabelecimento normativo de regras, instrumentos e mecanismos para este fim.

No parágrafo terceiro da referida Lei promovida pela então política pública de desenvolvimento social e econômico destaca-se o que seja o MPO:

[...] § 3^o Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei. [...] (BRASIL, 2005, p.3)

Diante das contribuições dadas pelos autores anteriormente citados, o Instituto para o Desenvolvimento de Estudos Econômicos Sociais e Políticas Públicas (IDESPP, 2011) formula resumo para melhor entendimento e distinção entre os termos, a saber:

- i) Microfinanças, como sendo todos os serviços financeiros (crédito, poupança, seguros, penhor) voltados para a população de baixa renda, inclusive crédito ao consumo;
- ii) Microcrédito, significando todos os serviços de crédito voltados para microempreendedores, ou seja, não financia consumo;

- iii) Microcrédito Produtivo, consistindo em serviços de crédito voltados às micro e pequenas atividades produtivas; e por fim,
- iv) O Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), como sendo serviços de crédito voltados às micro e pequenas atividades produtivas, com uso de metodologia baseada na ação de agentes de crédito³.

Nesta análise, afloram-se os questionamentos e discussões acerca do tema tornando-o um desafio para as instituições na concessão do microcrédito, tanto na segregação dos agentes tomadores do microcrédito produtivo orientado, quanto na realização dos processos operacionais.

Também cabe destacar o desafio tocante à metodologia por parte dos agentes vinculados à instituição credora para a aferição das rendas e da capacidade de pagamento dos tomadores. Além do acompanhamento da utilização dos recursos cedidos a taxas mínimas, muitas vezes subsidiadas ou não pelo Governo Federal.

Considera-se ainda o desafio da orientação da atividade financiada para a utilização do crédito e o acompanhamento da sustentabilidade do micro negócio proporcionada ou não pelo crédito a ser acompanhado pela instituição credora. Assim, essa preocupação com a capacitação de pessoal para atuar na atividade durante a vigência do contrato, é ilustrada por Silva (2013), quando diz que:

[...] De certa forma, há, por parte das instituições que ofertam microcrédito produtivo, bem como pelos elaboradores e executores de políticas públicas, uma valor dado à educação quando incorpora a orientação para acesso ao crédito, seja pela assistência técnica, planos de qualificação, seja pela orientação à gestão dos recursos. (...) Essa educação, todavia, embora tenha o papel de aproximar a demanda em relação à oferta, ou seja, elevar o acesso dos pobres ao microcrédito e, por conseguinte, amenizar a situação de pobreza e desemprego, não alcança grandes resultados [...] (SILVA 2013, p. 30)

Diante dessas e outras dificuldades de se ter acesso aos créditos - já que os sistemas de créditos tradicionais são excludentes, distanciando os mais pobres destes aparelhos financeiros - é que se cria o advento do microcrédito produtivo orientado, que utiliza tecnologia creditícia própria, a fim de se superar gargalos, tais como as garantias exigidas em créditos tradicionais que as micro e pequenas unidades produtivas não têm como oferecer em troca, por exemplo.

³ Adaptado de SANTOS & GOIS, (2011, p.26) de resumo sugerido pelo IDESP, após a promulgação da Lei 11.110 de 2005, para as definições e melhor entendimento acerca dos micro e pequenos créditos.

No MPO há uma composição específica de metodologia de crédito que utiliza agentes de crédito capacitados, garantia solidária (ou até mesmo a inexistência de caução, aval ou fiança). Além disso, há o tocante aos prazos curtos e valores crescentes à medida que há adimplência e liquidação dos contratos dantes celebrados.

Sobre estes aspectos é que está amparada a noção de *tecnologia do microcrédito*, que é bem exemplificada por Santos & Gois (2011) quando dizem que o microcrédito possui metodologia singular e a resume na utilização de:

- i) agentes de crédito, fornecedores das operações configurados por instituições financeiras, cooperativas e etc.;
- ii) garantia solidária⁴, onde um grupo de pessoas se reúne para avalizarem entre si a tomada de um crédito;
- iii) prazos curtos, variando de 3 (três) a 12 (doze) meses; e
- iv) valores crescentes, onde limites maiores são ofertados a cada renovação do microcrédito para tomadores adimplentes.

Esta última particularidade, comum da experiência com o microcrédito, ressaltada por estes autores, é a possibilidade de realização de empréstimos consecutivos em valores cada vez maiores, de acordo com a pontualidade dos pagamentos. Dessa forma, as relações de confiança, estimulam à adimplência comercial, permitindo que os tomadores aprendam a trabalhar com valores crescentes e possam ampliar seus negócios.

Outro aspecto importante elencado é a maior proximidade entre o microempreendedor e o agente de crédito responsável que é figura presente em todas as etapas do processo e tem por atribuições: visitas periódicas ao negócio, desenvolvimento das relações de confiança e responsabilidade.

Diferentemente do que ocorrem em bancos convencionais onde as pessoas que decidem e concedem o crédito tem pouco, ou quase nenhum acompanhamento ou cobrança das operações, o que gera um processo descontínuo na relação banco/cliente.

⁴ Este método de garantia solidária já não é exigido por algumas instituições de crédito, pois concedem o MPO sem a obrigatoriedade de qualquer garantia em determinadas situações, pois levam em consideração a adimplência do tomador, a oferta de valores menores e prazos diferenciados.

Outra relevante propriedade está na análise de risco baseada numa avaliação quase que subjetiva por levar em consideração o caráter e a vontade de pagar do cliente.

Todos esses pormenores nos critérios da avaliação são observados *in loco* pelo agente credor mediante o levantamento de informações socioeconômicas familiares e do empreendimento e ante uma garantia grupal ou pessoal. Dessa maneira, reduz-se a assimetria das informações que acaba por distanciar os bancos tradicionais deste rol de pessoas.

E se os clientes-alvo do microcrédito são pessoas pobres que não podem oferecer garantias reais – pois estes são excluídos econômica, social e politicamente - um dos desafios fundamentais para o retorno do crédito foi desenvolver uma nova abordagem de garantias, fundamentada na confiança e no acompanhamento de perto destes clientes.

Além desta, há também o que concerne ao papel da entidade agente do microcrédito que tem o comprometimento com o desenvolvimento local, missão social, ferramentas de controle social e estrutura de custos mais amena, como sugere a autora Parente (2003).

Já Santos & Gois adap. (2011), chamam atenção para a questão de a sustentabilidade ficar comprometida por razões internas marcadas por problemas não só financeiros e/ou operacionais, como também àqueles relacionados a aspectos sociais, políticos e ambientais, em que passam as IMFS privadas.

Assim, essas instituições podem se vir obrigadas a recorrer à cobrança de maiores taxas de juros na prestação de seus serviços, e correr o risco de se chegar a alíquotas acima dos percentuais médios praticados no mercado. Essa prática inviabiliza o microcrédito e leva ao aparecimento de discontinuidades no sistema.

Diante de um cenário como este, a entrada de novas IMFS privadas é prejudicada caso não haja critérios estritos para a definição do público-alvo, ou ainda este ingresso de novas IMFS ser dificultado por políticas de adoção de subsídios a instituições públicas. Apesar disso tudo, esses tipos de organizações e métodos têm possibilitado o acesso ao crédito para milhares de indivíduos que tocam uma pequena atividade, seja para capital de giro, seja para reinvestimento.

Contudo, inúmeros desafios são conferidos em relação à sustentabilidade das instituições operadoras do produto microcrédito quando estas não contam com alguma espécie de subsídio. De acordo com esse dado, em algum momento a

capacidade de gerar rendimentos dessas IFS pode ficar comprometida para fazer frente aos custos operacionais e aos custos de capital, a fim de se manter a seqüência da atividade e a ampliação dos serviços.

Assim, inserido no campo das microfinanças, o microcrédito produtivo orientado também segue alguns princípios-chave bem definido por Santos & Gois (2011). Para tanto, estes autores fazem alusão à conferência do Grupo dos Oito (G8) ocorrida em 10 de junho de 2004, que defendeu tais princípios fundamentados pelo consórcio CGAP⁵, quais sejam:

- [...] (i) os pobres não necessitam apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros;
- (ii) as microfinanças são um instrumento poderoso na luta contra a pobreza;
- (iii) as microfinanças significam a constituição de sistemas financeiros que sirvam aos pobres;
- (iv) as microfinanças podem e devem ser auto suficientes para atingir um grande número de pessoas pobres;
- (v) as microfinanças tratam da constituição de instituições locais de caráter permanente;
- (vi) o microcrédito não é a resposta para tudo;
- (vii) o estabelecimento de “tetos” às taxas de juros afeta negativamente os pobres tornando difícil o acesso destes ao crédito;
- (viii) o papel do Governo é o de permitir a transação de serviços financeiros, e o não de fornecê-los diretamente;
- (ix) os fundos dos doadores devem completar o capital privado e não competir com ele;
- (x) o maior gargalo na indústria das microfinanças é a ausência de instituições e executivos fortes;
- (xi) as microfinanças funcionam melhor quando tem seu desempenho medido e divulgado [...] (SANTOS & GOIS, 2011, p. 35-39).

Fundamentada nestes princípios, fica ainda mais contundente a afirmação de que o microcrédito é fator de grande importância e instrumento a ser lançada mão no combate às disparidades sociais e econômicas. Não apenas como coadjuvante, mas incorporado ao mercado financeiro.

Segundo Cacciamali (2008), este aspecto “se baseia sobre a necessidade da expansão das microfinanças e a sua absorção, quando houver ganho de escala, pelos bancos comerciais.”

Já no Brasil, a experiência do microcrédito tem seu início na década de 1970 com a crescente informalidade de boa parte da economia nacional. Como também

⁵ O CGAP (Consultative Group to Assist the Poor) - sigla em inglês para Grupo Consultivo de Assistência à Pobreza. O CGAP é um consórcio formado por 33 (trinta e três) agências de desenvolvimento públicas e privadas que trabalham em conjunto com o objetivo de expandir o acesso dos pobres a serviços financeiros, normalmente referidos como microfinanças. (SANTOS & GOIS, 2011, p. 35)

diante do surgimento de ONGS e outros tipos de organizações governamentais ou privadas, como será visto mais adiante.

A despeito do entusiasmo em relação ao microcrédito e da confiança nele depositada como instrumento no combate à pobreza, muitas discussões relacionadas a essa questão dividem o campo microfinanceiro. Há, portanto, um ceticismo de alguns autores e estudiosos da área quanto à efetividade do microcrédito na redução/eliminação da pobreza no mundo, principalmente nos países em desenvolvimento.

Existe também a descrença de que apenas o fornecimento de serviços financeiros ou de créditos seja suficiente para gerar renda e prover os indivíduos ou famílias com o mínimo necessário para retirá-los da pobreza (CARVALHO *et al*, 2009).

Especificamente neste contexto, Mota (2011) assinala tal aspecto quando leva em consideração, por exemplo, o não atendimento do microcrédito por todos os municípios no Estado da Bahia. Para isso, o autor destaca o problema da concentração destes recursos na região metropolitana de Salvador (RMS) em detrimento dos demais municípios do estado com nível de carência ainda mais elevado que o da RMS, e cita:

[...] As instituições sejam OSCIP's, ONG's, banco ou agência de fomento, tem ainda na Bahia sua maior concentração – relativa - na região metropolitana de Salvador (RMS), que representa por sua vez a região que concentra os resultados do processo de desenvolvimento reiniciados na década de 70 com a industrialização mais organizada e com o apoio do Estado.

Por essa condição, o microcrédito foge – parcialmente – do seu propósito, mas não deixa de cumprir parte da sua proposta, à medida que as grandes regiões industrializadas concentram maior número de pessoas – atraídas pela promessa de vida melhor – e daí maior concentração – nas periferias – de números de indivíduos pobres, como é o caso de Salvador e demais cidades da região, que possuem indústrias [...] (MOTA, 2011, p.98)

Utilizando deste e de outros estudos que serão apresentados a seguir, verificaram-se apontamentos que discordam também quanto à oferta do microcrédito não ser utilizada de fato segundo as suas premissas iniciais, distanciando-o de sua finalidade. Assim, Carvalho (2009) aponta alguns entraves neste sentido, quando é notado que:

[...] as instituições de microcrédito tendem a apresentar estruturas mais comerciais e a desviar de sua missão originariamente social à medida que

se tornam impregnadas por valores mais estratégicos e racionais materializados na busca por resultados e viabilidade financeira [...]. (CARVALHO, 2009)

Estes estudos ainda relatam outro conflito, como a existência de *trade-off* entre os dois objetivos principais do microcrédito:

- (i) O caso da sustentabilidade ou autonomia financeira das instituições agentes do microcrédito - retratado como objetivo econômico-financeiro; e
- (ii) O alcance aos mais pobres – posto como objetivo social.

Características comerciais pertinentes ao rol dos créditos comerciais tradicionais são cada vez mais acentuadas no âmbito da viabilidade financeira, performances e da eficiência operacional do microcrédito. Assim, ainda segundo Carvalho (2009), a despeito dos fins sociais, o microcrédito em alguns casos, é levado a se converter em créditos comuns, sendo desvirtuado de suas características principais.

Portanto, há indícios da existência de um conflito (ou *trade-off*, como dito anteriormente) entre o objetivo social do microcrédito de alcançar as pessoas pobres em seus empréstimos e serviços e a ênfase em resultados com vistas a assegurar a viabilidade financeira, para tanto a autora complementa:

[...] Diante de tímidos resultados apresentados pelo setor, provedores de recursos e organismos de apoio começam a cobrar que as instituições de microcrédito, em sua maioria entidades sem finalidades lucrativas, apresentem bons indicadores econômico-financeiros de performance. O argumento subjacente a essa postura é de que boa performance financeira se converte em resultados sociais efetivos no combate à pobreza, havendo uma relação de causalidade. Além disso, predomina a ideia de que a boa performance das organizações atrai investimentos de capital privado que são essenciais para aumentar a efetividade do microcrédito e garantir os objetivos sociais de combate à pobreza no longo prazo. Como resultado, do foco em recursos subsidiados e doações, as instituições de microcrédito se tornam cada vez mais voltadas para a busca de sustentabilidade financeira e eficiência operacional, visando assegurar sua auto-suficiência e viabilidade financeira [...] (CARVALHO *et al*, 2009, p. 3)

Este paradoxo é ainda mais conflitante quando se analisa o forte componente de subsídio proveniente de uma política governamental. As políticas

públicas voltadas a atender as populações mais carentes, segundo Parente (2003), exigem que os bancos mantenham critérios de seleção.

Para tanto a estudiosa afirma que procedimentos burocráticos e de controle, mesmo em prol de garantir a chegada do crédito ao público-alvo segmentado, geram tremendas distorções e inadequações entre a oferta financeira possível e a natureza da demanda financeira desse segmento. (PARENTE, 2003)

Tais exigências se concretizam em entraves ainda maiores, pois se tratam de exigências de projetos e ou planos de negócios feitos por técnicos especializados, na maioria das vezes distantes da realidade dos microempresários.

Há também a dificuldade das aferições de renda que são muitas vezes baseadas num mercado informal onde as comprovações formais inexistem. Da mesma forma, os cursos de capacitação prévios demandam recursos e tempo, em geral com metodologias e conteúdos muito além da realidade e da capacidade microempresarial.

Além destes, há também os custos das fiscalizações quanto ao uso do dinheiro, pois estes chegam a comprometer a eficácia das políticas pretendidas e a eficiência dos recursos ora disponibilizados. Neste mesmo argumento, Parente (2002) complementa que os tomadores têm outras necessidades que não somente o microcrédito é capaz de supri-las:

[...] os estudos constatam que os que trabalham por conta própria, assim como os assalariados e os desempregados têm necessidades financeiras outras que vão além do microcrédito para negócios ofertado pelas organizações de microcrédito [...] (PARENTE, 2002, p.38)

Outro questionamento está nos custos de transação levantado por Fachini (2005), que podem inviabilizar os pequenos créditos, quando se leva em conta a composição dos custos pelas

[...] atividades de reunir, colher, e processar informações necessárias para examinar potenciais tomadores de empréstimos, processarem empréstimos e colaterais, monitorar os empréstimos e gastos gerados com o recolhimento dos pagamentos e colaterais. [...] (FACHINI, 2005. p. 44)

Grande parte destes custos aloca-se na administração dos empréstimos com relação aos riscos envolvidos no crédito. Ainda sobre este enfoque, Parente (2002) também considera os elevados custos de transação em operações de pequeno valor, para isso destaca que:

[...] essa percepção de alto risco por parte dos bancos convencionais é devido à aparente instabilidade dos pequenos negócios, os quais são caracterizados por transações informais e resultados sazonais o que aliado à inexistência de garantias para oferecer não lhes dá a devida segurança. Soma-se a isso a percepção de que os pequenos empreendedores não são bons empresários, devido às suas práticas de gestão empresarial que diferem dos manuais de administração convencionais utilizados por médias e grandes empresas. Em geral os proprietários têm baixo nível educacional e não utilizam práticas contábeis tradicionais. [...] (PARENTE, 2002, p.35)

Dentro dessa perspectiva ambivalente, estas necessidades têm sido atendidas por soluções formais e informais fora do sistema financeiro. Desta forma, se destacam o crediário, crédito de fornecedores, o fiado, empréstimos de parentes, amigos e até mesmo de agiotas.

Destarte, observa-se que as IMFS no Brasil ainda têm uma penetração quantitativamente insignificante e qualitativamente ainda não atende a totalidade das necessidades da população de baixa renda. Por outro lado, ao perceberem que os custos para manutenção de tais créditos são de grande monta, os bancos comerciais não se interessam pelo segmento.

Assim, Parente (2002) concorda com o não interesse de instituições financeiras de atuar no segmento empresarial, dado o alto risco dos pequenos negócios. Até por que suas plataformas tecnológicas foram desenvolvidas para atuar com grandes quantidades de recursos em um número menor de operações, reduzindo custos e auferindo maior receita, desta forma.

Já a CAIXA, por ser uma IF essencialmente pública, conta com amparo governamental e de objetivos sociais que viabilizam a aplicação da engenharia financeira necessária para se operar o microcrédito. Portanto, não se valendo apenas do viés da viabilidade econômica para oferta destes créditos e por utilizar sua estrutura tecnológica já disponível para operacionalização do microcrédito em suas agências.

Este tema será detalhado mais adiante, na busca de se elucidar tais argumentos através de algumas experiências com o mercado de concessão de microcréditos no Brasil e destes na cidade de Poções, BA.

2.2 Microcrédito no Brasil: breve histórico

O microcrédito é de fato algo novo no mundo e surge no Brasil também na década de 1970, desenvolvendo-se com maior força na década de 1990, com a finalidade de fortalecer as unidades microempreendedoras, garantido a ocupação e a renda de famílias que vivem dos resultados dessas atividades. Assim, o microcrédito é dado como uma alternativa de transformações de uma grande parte da população mais carente, que necessariamente esteja envolvida com atividades produtivas informais.

Como apregoado por Mota (2011), após o economista Yunus dar início a concessão de créditos à população pobre em Bangladesh, o microcrédito é em sua essência a disponibilização de pequenas montas de crédito àqueles menos favorecidos pela economia tradicional. São os moldes gerais dessas experiências que serão tratados neste capítulo, fazendo breves relatos que possam tentar distinguir e confrontar os créditos concedidos nacionalmente com os demais ofertados pelo mundo

O emprego das políticas públicas a partir da década de 1990 no Brasil, com o intuito de se tentar promover estas pequenas atividades, é que o microcrédito tem sua maior relevância. Tem, pois, no desenvolvimento um papel complementar, à medida que novos agentes são introduzidos no processo de se atenuar as disparidades sociais.

É mais evidente que a partir de então que essas microatividades informais conseguem ter a oportunidade de serem vistas de maneira a se inserirem no mercado, e de serem reconhecidas como atividades importantes não só para a economia do país, mas principalmente para o desenvolvimento social, MOTA (2011).

O microcrédito tem também uma participação de inclusão socioeconômica daqueles milhões de cidadãos que se aventuram diariamente em busca pela sobrevivência através de uma microatividade informal.

Assim, segundo Silva (2013), as instituições de microcrédito aparecem num mercado em transformação no Brasil a partir do Plano Real quando a população de modo geral começa a ter acesso aos pequenos créditos. Como também para aqueles que matem pequeno empreendimento, antes sem acesso ou distanciados do mercado formal da economia nacional.

Nessa linha, a CAIXA atua neste segmento de maneira tímida até então, passando sua atuação a ser mais pujante a partir de 2003, com o advento das políticas sociais com estratégia no desenvolvimento local, instituídas pelo Governo Federal.

A partir de então, a CAIXA é não somente um agente de repasse de benefícios sociais⁶, como também agente financeiro na oferta de créditos com taxas reduzidas para o público mais carente ou arraigado à informalidade.

Silva (2013) ainda esclarece que pode haver um conflito entre aquilo que se tenta desenvolver sustentavelmente à parte do sistema capitalista, com aquilo que parece ser uma tentativa de se colocar as políticas públicas como o Microcrédito e o PBF, por exemplo.

Com base nas observações a respeito dos programas sociais a “*bancarização*” aparece como um instrumento de se alavancar a inclusão financeira de forma a contribuir com o desenvolvimento do sistema financeiro. Ou seja, há um claro objetivo de se perpetrar os adventos da economia capitalista, como o individualismo e a maximização do lucro, quando sugere a inclusão bancária também dos mais pobres.

Assim, diante do projeto do Governo Federal de inclusão social e também do sistema de inclusão bancária da população mais carente, a mesma autora abre a discussão quando denuncia que:

[...] Aparentemente, o sistema financeiro brasileiro formal e informal oferece uma variedade de substitutos aos produtos financeiros trabalhados pelo sistema tradicional de crédito quando direcionado à população pobre. Em se tratando do microcrédito produtivo orientado, todavia, não inova quanto facilitar o acesso das instituições de primeiro piso quando propõe ser um sistema com atuação social e, conseqüentemente, uma ferramenta que pode contribuir para amenizar a pobreza e o desemprego. Deixa inclusive uma lacuna sobre qual o real objetivo da inclusão financeira já que parece revalorizar o sistema capitalista, onde prevalecem relações individualistas e de acumulação, culminando no distanciamento de equidade e do equilíbrio econômico geral [...] (SILVA, 2013. p. 27)

A autora não nega a importância da “*bancarização*” do microcrédito já que é um mecanismo de se “incluir” financeiramente os mais pobres às margens do sistema financeiro, mas coloca em questão a linha tênue em que marcha o fator

⁶ Estes benefícios compreendem o PBE, Vale Gás, Auxílio Emergencial, Garantia Safra, etc. - e mais tarde todos estes benefícios simplificados no PBF.

social atribuído na constituição dessas políticas ao valorizar a pobreza como mais um nicho importante a ser explorado para proporcionar lucros aos bancos.

Analisando o risco existente nas operações de crédito, os estudos também apontam que empresas que possuem recursos limitados ou pequena capacidade de investir em capital de giro certamente terão dificuldades em prospectar crédito, haja vista existir um caráter altamente seletivo das empresas conessoras destes créditos em um ambiente ainda cheio de incertezas, (MOTA, 2011); (PARENTE, 2002); (SANTOS; GOIS, 2011); (FACHINI, 2005).

Dentre os programas continuados ou iniciados em 2003, incluindo a referida “*bancarização*”, SILVA (2013) destaca o Programa Fome Zero do Governo Federal como um marco - o que não quer dizer a primeira ação nesse contexto. Evidencia-se, deste modo, que a tomada de medidas estruturadas não se esgota na doação de benefícios sociais para erradicar a fome e a pobreza extrema. Uma vez que houve a adoção de programas de atendimento aos menos favorecidos e/ou excluídos do sistema financeiro nacional no Brasil.

Diversos estudos apregoam essas ações à campanha política partidária com intuito de se angariar votos, mas esta seria uma questão para ser levantada noutro estudo, sobre outra ótica. Já aqui, é delimitada a tentativa de se exemplificar e mostrar o que se buscava em tese com o lançamento dos programas com medidas sociais de diminuição das desigualdades que assolavam o país à época.

A partir deste redesenho ambicionou-se com os referidos programas também diminuir os altos índices de analfabetismo, a geração de emprego e renda, e a devolução da dignidade humana para a população mais carente. Estes programas foram, numa visão normativa, uma tentativa de se chegar o mais próximo possível de um país melhor e mais justo do ponto de vista socioeconômico e dos critérios mínimos exigidos no PNUD da ONU.

Já em 2002 a CAIXA enquanto instituição pública apresenta sua missão e visão empresarial descritas no MN AD 001 com instrumento no desenvolvimento das políticas da União. Nesta época, apresentava uma linha diversificada de crédito para micro e pequenos empreendedores, atendendo desde empresários de micro e pequenos negócios até autônomos e profissionais liberais.

Desde então, de acordo com Mota (2011), a CAIXA propunha linha de crédito instituída pelo MTE voltada ao financiamento de investimentos fixos, capital de giro associado ou capital de giro isolado, através dos recursos FAT. Além disso, a

CAIXA instituiu crédito rotativo de R\$ 200,00 em contas simplificadas, aos moldes das microfinanças, para atender clientes de baixa renda. Assim, a referida instituição focava aqueles que tivessem pelo menos três meses de conta e com saldo médio de R\$ 100,00 – inclusive para os clientes de conta poupança, oportunizando para este nicho de clientes a tomada de recursos.

Do mesmo modo, se observou que instituições de caráter social também se especializaram na concessão de microcrédito, como é o caso do BNE – primeiro banco estatal federal – dos bancos cooperados, dentre outras instituições de cunho social, pais afora. Criado em 19 de Julho de 1952, em concordância pelo Congresso, sob a Lei de nº 1.649, o Presidente Getúlio Vargas aprova a criação do Banco do Nordeste do Brasil que inicia proposta de desenvolvimento regional.

No Brasil, existem diferentes agentes financiadores de microcrédito, dentre eles destaca-se o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. que tem associado às suas origens a célebre visita feita pelo Imperador D. Pedro II à região, por ocasião da grande seca ocorrida no período de 1877 a 1879.

Entre os programas de microcréditos oferecidos pelo Banco do Nordeste está o Crediamigo. De acordo com SILVA (2013), o BNE criou em 1998 o Crediamigo, para o financiamento diferenciado de pequenos empreendimentos, tornando-se o maior programa do país e da América Latina.

O Crediamigo é um Programa de Microcrédito Produtivo Orientado com a finalidade de facilitar o acesso ao crédito a empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e a prestação de serviços. Deste modo, Santos & Gois (2011) destacam as vantagens oferecidas pelas IFS aos clientes do microcrédito:

[...] Ficam como responsabilidades da instituição financeira acompanhar, supervisionar e fiscalizar o cumprimento do termo de parceria e proporcionar o apoio necessário para que sejam alcançados os objetivos do Programa. O Banco realiza ainda o deferimento, a contratação das propostas de crédito que lhe forem encaminhadas e a liberação das parcelas realizadas diretamente aos clientes [...] (SANTOS & GOIS, 2011, p.188).

Para adquirir o financiamento junto ao programa do MPO, o microempreendedor necessita:

[...] Ser maior de idade; Estar quite com a Justiça Eleitoral declaração do próprio empreendedor (homem ou mulher) na proposta de crédito; Não apresentar restrições cadastrais; e Apresentar os documentos necessários na maioria dos casos: Cópia do Documento de Identidade, cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Comprovante de Endereço Atualizado [...] (SANTOS & GOIS, 2011, p.183).

Amparadas por um viés social ou por incentivo da União, não somente o BNE, como outras IFS viam a oportunidade de desenvolver pequenos negócios através de concessão de créditos que fomentariam aquelas microatividades, sendo elas agrupadas em uma garantia solidária ou mesmo sozinhas.

A despeito destas e outras medidas, as tradicionais IFS sob uma visão meramente capitalista não viam ali um público potencial a ser explorado e que pudesse render-lhes lucros, e não se interessavam em ofertar este tipo de crédito àquela população, continuando a atuar com aquele rol de produtos que julgavam serem mais lucrativos.

3. REGIONALISMO NA BAHIA E EXPERIÊNCIA DO MPO NO MUNICÍPIO DE POÇÕES, BA.

3.1 Aspectos Regionais e Transformações Econômicas

Diversos são os estudos que buscam o entendimento das atividades econômicas na tentativa de se desvendar a dinâmica das áreas urbanas nos países subdesenvolvidos, sejam eles no Campo da Geografia, Sociologia ou das Ciências Econômicas. Muitas vezes, esses estudos revelam o comportamento dos agentes econômicos atuando e modificando o espaço em que se inserem.

Assim, como a atividade da economia local com suas características culturais, sociais e geográficas, naquele determinado espaço que se pretende investigar, vários outros pontos também são de relevância ao se analisar as atividades econômicas nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, onde dois deles se destacam:

i) Primeiramente há de se ressaltar a compreensão do processo de urbanização distinto ocorrido nos países ditos “do terceiro mundo”, quando comparados aos países ditos “desenvolvidos”. Nos primeiros, a urbanização descompassada acarretou problemas de habitação, emprego, marginalidade, imigração, aumento da pobreza, dentre outros.

Tal modelo difere bastante estas economias do que ocorreu no segundo grupo dos países, onde aqui não cabem comparações entre suas características, e tão pouco entre os mecanismos de suas atividades econômicas.

ii) Como também fator de relevância nesta análise, e em decorrência desse processo de urbanização acelerado, está a alta concentração das atividades no setor terciário nos países pobres.

Este crescimento, diferentemente do que ocorreu nos países centrais/desenvolvidos, é resultado da insuficiência de absorção de grande excedente de mão-de-obra ocasionado pela indústria, o que acarretou um inchaço no setor de serviços.

Não diferente, a cidade de Poções também está inserida nesse processo descontinuo de urbanização dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, por ser revelado o mesmo modelo de desenvolvimento regional que na maior parte das cidades brasileiras.

Nesta perspectiva, segundo Mota (2011) essa urbanização ocorrera de modo desigual gerando subespaços com níveis de desenvolvimento diferenciados, criando ou aprofundando disparidades entre espaços do mesmo espaço. Foi desta forma que o processo histórico de urbanização “recente” do país e, por conseguinte, do Estado da Bahia, influenciou os resultados do crescimento, expostos nas desigualdades regionais.

Como ainda alerta Mota (2011), especificamente, as diferenças que colocavam a Bahia em posição não muito privilegiada, ainda enquanto parte de uma nação agrária exportadora, colaboraram para dificultar o processo de transição de um modo de produção (agrário) para outro (industrial).

O autor ainda ressalta que os impedimentos do “progresso” provinham de várias questões, como a principal delas, o fato da Bahia estar sempre atrás de outros estados das regiões Sul e Sudeste, às vistas das políticas públicas de tentativa de industrialização nacional. Assim via-se que, nos anos 1960, cerca de 40% da economia baiana concentrava-se no setor primário (agrário), 12% no setor secundário e 48% no setor terciário, de acordo com a SEI (2014).

Enquanto as economias dos estados do Sul e do Sudeste já vinham se industrializando e se transformaram no motor propulsor de desenvolvimento nacional, notava-se claramente que os olhares sobre as economias dos estados do norte e do nordeste estavam cada vez mais distantes.

Tal cenário só veio a ter novas perspectivas quando surge uma via alternativa dada a descoberta de petróleo no recôncavo baiano em 1948 e com a decisão da Petrobras de, nos anos 1950, construir a Refinaria Landulpho Alves. MOTA (2011).

Ainda de acordo com o autor, a Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM) é uma refinaria localizada no município de São Francisco do Conde, no estado da Bahia. Pode ser acessada pelo quilômetro 4 (quatro) da rodovia BA – 523, em Mataripe; pertence à Petrobras e possui capacidade instalada para extração de até 323 mil barris/dia (ou seja, 51.352 m³ de petróleo), sendo a

segunda em capacidade instalada no País, depois da Refinaria de Paulínia (REPLAN).

A RLAM também abrange uma área de aproximadamente 6,4 Km² e uma contribuição em impostos de cerca de R\$ 750 milhões por ano de ICMS (80% da arrecadação da cidade de São Francisco do Conde em 2010). Além disso, a referida refinaria tem a capacidade de empregar inúmeros trabalhadores direta e indiretamente, o que torna da cidade uma das mais ricas por PIB per capita do estado da Bahia.

Segundo Souza (2009), foi a partir desse redesenho que a economia baiana passou a vislumbrar possibilidades de mudanças na sua dinâmica econômica, tentando passar de um modelo agrário exportador centrado na cacauicultura, para a atividade industrial.

Assim, na década de 1970, Silva (2013) afirma que foi com a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, também na RMS, que o estado baiano viu a possibilidade de se configurar entre os PIB de maior relevância no cenário nacional, haja vista o advento da ascensão mundial do mercado de petróleo. Porém, a implantação da indústria da Bahia traz esperanças para parte da sociedade, pois, por outro lado, também traz consigo uma série de desdobramentos negativos, como os efeitos da exacerbação das desigualdades sociais.

Desta mesma forma, Mota (2011) assinala que a existência de “pólos de desenvolvimento” traz, em sua lógica e essência, o crescimento com desequilíbrios, pois há uma diminuição da intensidade deste para as demais partes do mesmo “espaço”, assim não há homogeneidade nesse processo de desenvolvimento, havendo então o aumento das desigualdades.

É nesse contexto que o município de Poções e outros tantos no interior do estado baiano promovem suas atividades econômicas estando, muitas vezes, distanciados dos processos de desenvolvimento da RMS.

Esses municípios encontram, pois, nas políticas sociais do Governo Federal algum amparo econômico, como é o caso do programa do microcrédito, dentre outras ações governamentais de apoio ao desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida aos menos favorecidos.

3.2 O Microcrédito Produtivo Orientado no Município de Poções, BA: resultados e discussões

Seguindo este mesmo processo de urbanização desorganizada e à parte do desenvolvimento que ocorre no recôncavo baiano, a cidade de Poções configura-se neste cenário como um pequeno município do interior da Bahia, localizado no Território de Identidade de Vitória da Conquista, na região Sudoeste da Bahia, distante cerca de 460 km da capital baiana, Salvador.

Diante de diversos estudos semelhantes nas cidades do interior do Brasil, nota-se que a partir da década de 1980 as atividades ligadas à economia informal têm um peso considerável na economia urbana destas localidades, e foi desta mesma forma que estas atividades se desenvolveram no município de Poções.

Segundo o IBGE (2013) a cidade de Poções possuía uma população de 48.576 (quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e seis) habitantes, PIB *per capita* de R\$ 7.124,11, contando neste mesmo período com cinco instituições financeiras atuantes, a saber, BB, Bradesco, BNE, BANCOOB e a CAIXA.

Grande parte das atividades comerciais e de pequenos ofícios surgiu no município de Poções paralelamente ao poder de concentração de atividades formais no município de Vitória da Conquista, BA. Esta última é uma cidade circunvizinha a Poções e possui grande atratividade da população em seu entorno, por oferecer maior diversificação dos setores do comércio e dos serviços, além de possuir uma pequena indústria em desenvolvimento.

A despeito dessa dependência das referidas atividades da cidade de Vitória da Conquista, foi também notório um intenso êxodo, tanto da população rural quanto urbana de Poções, na maioria das vezes para cidades maiores, como Salvador, a capital baiana, e também para São Paulo, centro financeiro do país. Essa massa de trabalhadores, suprimida de uma garantia de espaço nos municípios e sem a devida qualificação exigida pelo mercado de trabalho dos grandes centros urbanos, encontrou, na informalidade, abrigo e sobrevivência, como ocorreu também na maior parte das pequenas cidades país afora.

Assim, o crescimento populacional e urbano, em convergência com a crise econômica instaurada naquelas décadas (1970 e 1980), acarretou elevado desemprego e proliferação da pobreza nas cidades, SILVA (2013), acentuando as desigualdades entre ricos e pobres.

Seguindo uma regra quase que geral, dentro do que ocorreu com a maioria dos municípios baianos, em Poções não foi diferente. Como demonstrado no Gráfico 1. a seguir, onde o setor dos serviços (englobando também o comércio) acaba sendo mais pujante que qualquer outra atividade econômica.

Esse “inchaço” neste setor denota que há problemas nessa lógica, pois os serviços que se verificam nos pequenos municípios são de baixo valor agregado e não se vinculam às grandes atividades industriais, como os serviços prestados em áreas de grande movimento econômico.

Gráfico 1 - Participação dos Setores no PIB da Ba



Fonte: SEI/IBGE 2013.

Assim, observa-se que mesmo sendo de baixo valor agregado, as atividades ligadas à economia informal têm peso considerável nas economias destas pequenas cidades, pois movimentam financeiramente o mercado local e dão as engrenagens para a circulação financeira, mesmo sendo claras as exclusões sociais e econômicas.

Com emprego de políticas públicas a partir da década de 90, com intuito de se tentar promover estas pequenas atividades, é que o microcrédito no Brasil tem sua maior relevância. É então, que as pequenas atividades informais conseguem ter a oportunidade de serem vistas de maneira a se inserirem no mercado, e de serem reconhecidas como atividades importantes para a economia do país.

Historicamente, observa-se que até a década de 1970 a população do município de Poções concentrava-se principalmente na zona rural, e a partir dali foi visto que ela passou por um processo migratório do campo para a cidade. Assim como na maior parte dos municípios do interior brasileiro, com população abaixo de 20 mil habitantes, houve um conseqüente crescimento urbano mais latente na década 1980. SANTOS & GOIS, (2011).

Essa população oriunda do meio rural saía em busca de trabalho, mas, por outro lado, possuía pouco ou nenhum grau de especialização, sendo obrigadas a ficar alocada na periferia da cidade e subjugando-se às atividades de pouco retorno financeiro situadas muitas vezes na economia informal do município.

Ainda neste contexto, Santos & Gois (2011) apontam que os estudos de avaliação de impactos visam captar os efeitos diretos do microcrédito e que

[...] dificuldades de se formular uma avaliação de impacto apropriada procede do viés de seleção das amostras, isto é, a formação inadequada de um grupo de controle que poderia acarretar uma distorção dos resultados estimados, e, conseqüentemente, induzir a conclusões errôneas. Portanto, tornam-se vitais os esforços na formação de um grupo de controle que se aproxime ao máximo do ideal. [...] (SANTOS & GOIS, 2011, p. 118)

Diante das mais diversas abordagens sobre o tema, esses autores asseguram que as principais contribuições destes estudos de avaliação de impacto estão na verificação de ganho de qualidade de vida das famílias pobres. Quando o microcrédito passa, assim, a garantir um acréscimo de renda familiar, do nível de poupança, dos gastos de consumo, aumento da freqüência escolar das crianças e a redução da taxa de desemprego, em especial entre as mulheres.

Por outro lado, pôde-se constatar que nem todos os programas de microcrédito existentes hoje conseguem obter sucesso, seja devido a diferentes fatores exógenos de um lado (entre eles diferenças culturais, conjuntura econômica e estrutura política), e de outro por fatores endógenos (como as próprias tecnologias utilizadas pelas IFS). SANTOS & GOIS, (2011).

Dessa maneira, é questionado se o microcrédito vem cumprindo seu papel – juntamente com outras ferramentas - de fomentador do desenvolvimento social das camadas mais pobres da sociedade.

Compreende-se então, que diante deste quadro, por vezes de caráter subjetivo, há a falta de informações que definam precisamente os micro e pequenos negócios na tomada de decisões de investimento. E que juntamente com a inexistência de garantias reais, pode tornar inviável a concessão de créditos pelas IFS.

Ademais, Carvalho *et al*, (2009) deixa claro que “[...] a viabilidade financeira é necessária e valorizada desde que ela não prejudique e não afaste as instituições

de seu objetivo social, que constitui sua missão primária e razão da existência do setor [...]”.

Muitos autores afirmam que um conjunto de problemas levantado por instituições financeiras convencionais continuam gerando altos custos de transação que não permitem que elas se tornem financeiramente sustentáveis no longo prazo.

Em consonância com esses e outros dados, serão avaliados neste estudo os níveis de inadimplência das operações do programa MPO operacionalizados pela instituição financeira Caixa Econômica Federal no município de Poções, no Estado da Bahia.

Para o alcance da compreensão sobre os efeitos do microcrédito sobre a renda dos microempreendedores, a metodologia empregada na primeira fase desta pesquisa, baseou-se na amostragem não-probabilística intencional de 38 (trinta e oito), no universo dos 138 (cento e trinta e oito) contratos de MPO efetivados no ano de 2013, na referida localidade.

No segundo passo, o método de amostragem empregado foi probabilístico aleatório simples. Segundo diversos estudiosos, essa é a técnica mais apropriada para obter uma amostra representativa do universo, com relação à maior fidelidade do que se busca evidenciar. Assim, cada contrato de microcrédito foi selecionado aleatoriamente sempre no quantitativo disposto em cada mês do ano de 2013 e seus tomadores foram abordados e entrevistados, respondendo a um rol de questões sobre o crédito tomado.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado questionário estruturado, empregando a técnica de entrevistas diretas pessoais, com perguntas objetivas e uma subjetiva, contendo ao todo 13 (treze) questões sobre os microempreendedores e o crédito tomado, como transcrito no ANEXO I, ao final deste documento.

Ademais, a pesquisa está pautada também sob a investigação de outros textos acadêmicos com a intenção de se alcançar o entendimento de conceitos nas áreas econômica e social sobre o crédito, microfinanças. Em especial sobre o Microcrédito Produtivo e Orientado e seus mecanismos, entendimentos estes que norteiam a finalidade desta análise.

A instituição financeira elencada para fornecimento de banco de dados da pesquisa foi a Caixa Econômica Federal para as análises dos créditos e perfis, juntada de documentos e relatórios estatísticos necessários. Desta forma, também fora mantido sempre o sigilo das informações de cada tomador, em observância à

regulamentação de privacidade bancária prevista por norma do BACEN e legislação vigentes.

A opção por esta instituição deve-se à facilidade de acesso às informações por se tratar de instituição essencialmente pública, portanto de transparência notória, e estar diretamente ligada às políticas públicas da União. Além de ser, a CAIXA, uma das instituições mais utilizadas pelo Governo brasileiro como instrumento de acesso ao crédito pela população mais carente no Brasil, e, portanto de importante cunho social.

A CAIXA, enquanto agente público e de instrumento do Governo Federal, tem a missão de concretizar as diretrizes definidas pela União, atuando no mercado financeiro nacional. É, pois, agente fomentador das políticas públicas, tanto comerciais, quanto sociais, e visa não apenas o lucro na realização de suas operações, como também a sustentabilidade destas. Tem por missão normativa e valores empresariais de:

[...] Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do país como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceria estratégica do Estado brasileiro. [...] Oferecer produtos e serviços a preço justo, é importante para a melhoria da condição e da qualidade de vida da sociedade brasileira. [...] (Manual Normativo CAIXA, Administrativo AD001, pg. 03. Vigente em fevereiro de 2011)

Os questionários e entrevistas também foram realizados com o recorte da população dos tomadores avaliados nos setores formal e informal no município de Poções, BA e para quem os créditos foram concedidos pela CAIXA, garantindo sempre manutenção do sigilo das informações pessoais dos seus tomadores.

As concessões dos créditos foram apuradas no escopo desta pesquisa quantitativa e qualitativamente, bem como os relatórios contendo os níveis de adimplência e inadimplência dos contratos de MPO disponibilizados pela instituição financeira CAIXA para realização dos levantamentos estatísticos e confecção das tabelas no referido período da análise.

Desta forma, a Tabela 1. a seguir relaciona as regiões econômicas (Região Metropolitana de Salvador e a Região Sudoeste da Bahia) com os municípios baianos favorecidos com uma ou mais instituições de microcrédito. Atrelado a cada

cidade está o número de instituição existente, espaço e sua posição no *ranking* do PIB do estado (ano de 2008).

Tabela 1. Municípios Baianos (RMS X Sudoeste da Bahia) com Número de Instituição e *Ranking* no PIB – 2008

Região Municípios	Número de instituições por município	<i>Ranking</i> no PIB baiano/2005
01- Metropolitana de Salvador		
Salvador	7	1
Camaçari	5	2
Simões Filho	3	5
Lauro de Freitas	2	7
Candeias	2	8
Dias D'Ávila	1	16
Vera Cruz	1	68
Madre de Deus	1	71
Itaparica	1	138
02- Sudoeste da Bahia		
Vitória da Conquista	3	6
Jequié	2	14
Brumado	1	28
Barra do Choça	2	50
Poções	2	61
Cândido Sales	2	98
Planalto	2	134
Itapetinga	2	326

Fonte: adp. Mota (2011).

Verifica-se na Tabela 1. que o município de Poções, em suas relações com o microcrédito no contexto da economia baiana, está na posição de 61º na classificação do *ranking* do PIB baiano, em 2005, e possuindo, neste ano, 2 (duas) instituições ofertante do microcrédito.

Retoma-se aqui os dados da pesquisa de microempreendedores no município de Poções que foram realizados no universo de 38 (trinta e oito) pessoas, no universo de 138 (cento e trinta e oito) indivíduos que contrataram o MPO.

Assim, este estudo no município de Poções/BA verificou que o perfil dos tomadores compreende principalmente os microempreendedores informais da economia, com relevância àqueles que estão nos setores do comércio, como vendedores de modo geral, e no da prestação de serviços, tais como cabeleireiros, manicures e moto taxistas. Ainda verificou-se, com relação ao perfil dos tomadores, que são primordialmente mulheres - 66% dos tomadores – e a maior parte (78%) dos empreendedores são pessoas que estão na faixa etária dos 26 (vinte e seis) aos 40 (quarenta) anos de idade.

Portanto, detecta-se que a maior parcela dos entrevistados é pertencente à população ativa propensa ao trabalho, são primordialmente pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil reais, conforme dados do MTE.

Outros dados relevantes são que um grupo amplo (81%) recebe em média entre $\frac{1}{2}$ (meio) e 3 (três) salários mínimos. A maior parte dos entrevistados (74%) possui o primeiro grau completo e o segundo grau incompleto, como nível de escolaridade em sua essência.

Os contratantes concentram-se principalmente nos ramos do comércio (34%), mas principalmente na prestação de serviços (52%). E que os microempreendedores contrataram valores na faixa de R\$ 1 Mil a R\$ 3 Mil de empréstimo do MPO.

Dentre os principais motivos que os levaram a efetuar o empréstimo estão, a dificuldade financeira, onde 75% dos entrevistados alegaram estar passando por crise; pagamentos de dívidas 69% deles, o que reafirma a questão anterior; compra de matéria-prima também aparece como um dos principais motivos para a tomada do crédito, com 33% dos indagados na pesquisa. Assim, neste estudo, se verificou que perto de 65% dos créditos era de fato investido na atividade produtiva, comerciais ou de serviços - onde em muitos deles (83%) culminou no acréscimo de renda ao negócio.

Tendo em vista a aplicação de crédito, deve-se ressaltar que quando o crédito é aplicado de forma correta, é possível não só a quitação do financiamento, como também a maior probabilidade de obtenção de lucro na atividade, uma vez que o diferencial do PNMPO é o crédito orientado. Desta forma, conforme normatização do BACEN, as IFS terão papéis importantes para uma boa aplicabilidade e rentabilidade dos recursos empreendidos, visto que ações serão desenvolvidas de forma orientada.

Em contraste a isso, foi também apurado que, em mais de 27% dos casos, um substancial número dos entrevistados declarou que a contratação de crédito era voltada para saldar pequenas dívidas pessoais ou familiares. Fato este que não levaria ao investimento da atividade produtiva e, por conseguinte, não culminaria no acréscimo de renda do negócio, nem do microempreendedor.

De acordo com a Tabela 2. a seguir, é possível observar um elevado grau de desvios de finalidade em 9 (nove) dentre aqueles créditos tomados pelos 38 (trinta e

oito) entrevistados. Assim fica clara a correlação dos desvios de finalidade quando se analisa este em contraponto com a taxa de inadimplência e também com a não orientação pela IF.

Desta forma, após a apuração destes dados, fica evidenciada que a não aplicação devida do crédito pode propiciar também a não vinculação deste com o seu fim, que é gerar a possibilidade de incremento de renda ao se investir na atividade microempreendedora.

Além disso, foi também identificado na pesquisa com o microcrédito um considerável grau de inadimplência (aprox. 4,5%), do total dos 138 (cento e trinta e oito) contratos efetivados no ano de 2013. Esse dado demonstra que, ao se analisar que não houve a devida orientação pela IF para destinação dos recursos, estes microempreendedores sofreram as duras penas de se configurarem no rol de inadimplentes, muito por não terem um mínimo de conhecimento técnico de administração financeira e empresarial.

É importante ressaltar aqui que a assertiva de número 13. do questionário das entrevistas, demonstrou que a maioria dos casos de inadimplência era de fato daqueles tomadores que haviam destinado os recursos para outros fins, que não o devido investimento do próprio empreendimento.

De acordo com a presente pesquisa, esta constatação ficou evidente diante da relação destes com os insucessos deflagrados naquela questão subjetiva, quando um dos entrevistados relata que:

[...] O crédito foi importante no início pra mim, por que pude pagar despesas em minha casa, paguei também duas prestações atrasadas da moto. Depois foi difícil eu conseguir pagar as prestações do empréstimo e tinha só 6 meses para pagar. Não consegui pagar todo e também não pude fazer outro [...] (Depoimento do Sr. X retirado do questionário das entrevistas realizadas em novembro de 2015).

Dessa forma, estes desvios são um entrave à correta eficácia e efetividade do MPO, pois conforme o relato acima do microempreendedor, este não consegue saldar as parcelas do crédito tomado, ficando inadimplente e não tem acesso às novas oportunidades dentro do programa.

Após análise da Tabela 2. abaixo e também do Gráfico 2. mais adiante, pôde-se inferir que os níveis de inadimplência estão, de fato, intrinsecamente

relacionados com os desvios de finalidade da aplicação do microcrédito. Ainda segundo o estudo e como demonstrado graficamente, vê-se que partir de 2012 os números de inadimplência foram maiores.

Assim, em 2013, há a observação de um contra senso quando se analisa o índice de inadimplência do MPO, pois este atingiu patamares ainda mais elevados que os índices de operações tradicionais do mercado econômico, tais como o Crédito Consignado (1,8%), Crédito Pessoal – CDC (2,3%), Crédito Rotativo – Cheque Especial (2,9%), na CAIXA, por exemplo.

Tabela 2. Ocorrências nos Contratos de MPO Efetivados no Ano de 2013 em Poções – BA

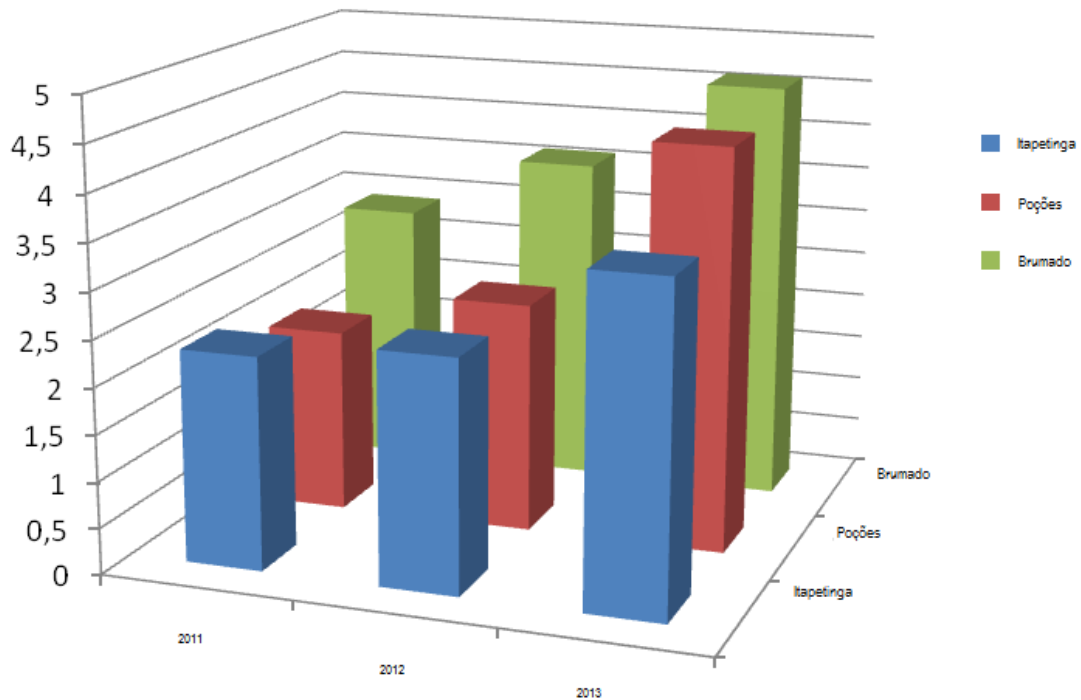
Tipo de Ocorrência	Quantidade de Contratos	Do total de	%
Desvios de Finalidade	9	38	23,7
Comércio	11	38	29
Prestação de Serviços	27	38	71
Inadimplentes	6	138	4,5

Fonte própria – Dados coletados na CAIXA em março de 2016.

O Gráfico 2. adiante mostra que no ano de 2011 o nível de inadimplência dos três municípios baianos elencados, a saber, Brumado, Poções e Itapetinga, ficaram num menor patamar quando se iniciou do PNMPO no país. A escolha por estes três municípios justifica-se por estarem dentro do mesmo Território de Identidade de Vitória da Conquista, por possuírem números de habitantes e atividades econômicas similares. Além de contarem, também, com agências da CAIXA ofertando o MPO, a partir do ano de 2011.

Verificou-se que os níveis de inadimplência foram cada vez maiores a partir deste ano, em Poções, na comparação com as outras cidades de porte semelhante como mostrado no gráfico em confronto com os dados destes municípios de Brumado e Itapetinga.

Gráfico 2. Comparação entre os Percentuais de Inadimplência do MPO entre os Municípios de Itapetinga, Poções e Brumado



Fonte própria – Dados coletados na CAIXA, em março de 2016.

Assim, deduz-se que nos três municípios pode ter havido uma má oferta destes créditos, mesmo perante um número crescente de contratos de MPO, mas, por haver uma monta ainda mais substancial de inadimplemento entre os contratantes.

Ademais, estas informações foram cruzadas com a indagação aos entrevistados quanto ao acompanhamento que deveria ser dado pela IF no decorrer do processo de tomada e aplicação do recurso.

Todos os 38 (trinta e oito) entrevistados foram unânimes ao relatar que não houve qualquer acompanhamento por parte da CAIXA, nem na aplicação do crédito, nem no decorrer do prazo contratual. Por outro lado a CAIXA disse não haver pessoal disponível para atuação junto aos microempreendedores, o que deflagra o não atendimento de parte fundamental do processo que é o da educação e orientação por parte da IF.

Outros 4 (quatro), ou seja, cerca de 10,5% dos entrevistados, afirmaram ter desistido de suas atividades por estarem inadimplentes e não conseguirem mais dar andamento ao negócio, nem efetuar novos créditos.

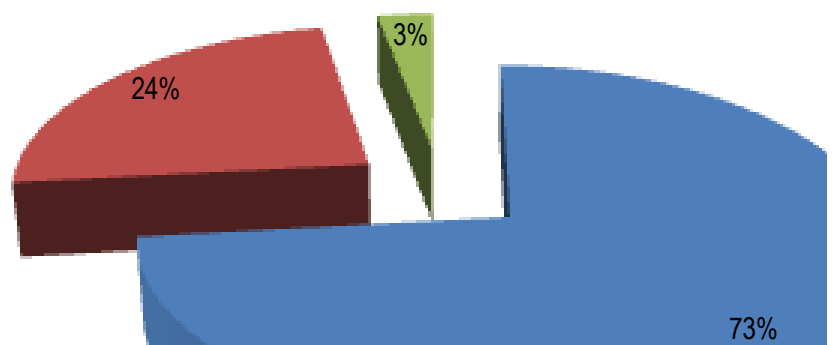
Assim sendo, fica demonstrado que a orientação - no trâmite da oferta - e o acompanhamento do MPO pelas IFS são fundamentais para o ideal desenvolvimento do programa. Pois, demonstra-se que, quando esta orientação inexistente, os microempreendimentos ficam suscetíveis aos desvios de finalidade e, então, ao insucesso de suas atividades diante de uma equivocada aplicação dos créditos, acarretando também uma conseqüente inadimplência.

Embora estas sejam avaliações de difícil aferição, pois estão no campo da subjetividade econômica, a intersecção das informações pode deixar explícitas tais constatações de inviabilidade, como dito anteriormente. Foi este cuidado de se tentar formar um grupo fidedigno de entrevistados que guiou esta pesquisa, buscando ao máximo apurar de maneira isenta as informações, e assegurar a correta informação do que se pretendia elucidar.

A análise dos dados na pesquisa também revelou questões inerentes ao que fora demonstrado por Silva (2013) quando relata que as concentrações das populações dos municípios mais carentes no Brasil se encontram fadadas as atividades informais. Concentrando-se principalmente nas esferas dos serviços e do comércio de modo geral.

Assim o Gráfico 3. abaixo demonstra que ocorre distribuição similar na cidade de Poções entre esses setores e os microempreendedores, onde também não possui uma atividade industrial muito específica.

Gráfico 3 - Atividades Econômicas dos Microempreendimentos no Município de Poções, BA



Fonte: Pesquisa própria realizada no município de Poções – BA em outubro de 2015, dados baseados no ano de 2013.

Essa aglutinação de ofícios no setor dos serviços, como analisado no Gráfico anterior, é dada por muitos estudiosos pelo crescimento das pequenas cidades sem expressiva ou nenhuma participação no setor industrial, e, portanto, sem

expressivos níveis de investimentos. Esse pequeno, ou quase inexistente, processo industrial acarreta o surgimento de atividades pouco especializadas e de baixo valor agregado, como é caso das atividades informais, causando um “inchaço” no ramo dos pequenos comércios e prestação de pequenos serviços.

É o que também foi observado no município de Poções, pois segundo Silva (2013), as políticas de apoio aos microfinanciamentos, todavia, voltadas para atendimento à população destituída do processo produtivo, apresentam resultados que deixam à margem a maioria do público potencial para o qual a política foi planejada.

Parente (2002) reforça que, do ponto de vista político-institucional ou econômico-financeiro, há uma total incoerência entre o planejado e o executado, para tanto afirma:

[...] como nem o objetivo dos fundos, nem sua gestão são compartilhadas pelos mesmos propósitos, nem os bancos mudam sua tecnologia, esses fundos vão se esgotando rapidamente com a inadimplência dos poucos beneficiados e, por essa razão, não há a ampliação sustentável do crédito.
[...] (PARENTE, 2002, p.86)

A autora acima aponta ainda a noção de que a inadequação de tecnologias e metodologias para alcance do público, no que concerne ao microcrédito produtivo orientado, é um dos fatores de maior relevância para o distanciamento na relação entre oferta e demanda.

Todo esse desajuste, de certa forma, deixa visíveis os resultados cujos impactos se referem a insignificantes mudanças nas condições de vida dos microempreendedores, bem como no planejamento das políticas socioeconômicas que não conseguem erradicar a grande exclusão financeira e social existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente estudo no município de Poções, BA, foi possível alcançar os objetivos propostos, como evidenciar que, em alguns casos, os microempreendedores puderam vislumbrar uma melhora em suas condições de saúde financeira e desfrutaram dos benefícios que a investida do crédito nos seus negócios pode lhes proporcionar.

Assim, o estudo exposto, também verificou que o perfil dos tomadores compreende principalmente os microempreendedores informais da economia do referido município, com relevância àqueles que estão no setor da prestação de pequenos serviços, e uma parcela menor se insere no comércio.

Contudo, ainda permitiu constatar que o MPO atende parcialmente ao objetivo de desenvolvimento dessas atividades microempendedoras, naquela região, pelo fato de os recursos disponibilizados não serem adequadamente utilizados para o seu devido fim, como previsto pela Lei n^o 11.110/2005, conforme foi detalhado no desenvolvimento desta pesquisa.

Mesmo o MPO sendo colocado em estudos e projetos que buscam soluções estruturadas com foco na geração renda através do autoemprego e direcionado para os mais pobres da sociedade, constatou-se que este pode sofrer desvirtuações. Assim é notória que a grande exclusão financeira e social de boa parte da população compromete o próprio propósito do MPO.

Por outro lado, os incrementos de renda e os poucos casos de sucesso só foram observados naqueles empreendimentos onde os tomadores efetivamente investiram o capital na compra de algum insumo, de algum maquinário ou ainda em alguma melhoria em seu negócio.

Além disso, nos diversos estudos sobre o MPO, viu-se que este tende a seguir caminho comum dos tradicionais empréstimos, por problemas oriundos de fatores variados. Esses problemas estão muitas vezes relacionados à má administração diante da condução gerencial por parte das IFS, ou por dificuldades associadas à ingerência dos próprios microempreendedores, por exemplo.

É neste contexto que passa a existir a discussão se o microcrédito produtivo orientado atende seu fim proposto, como uma sugestão alternativa do método de ofertar crédito popular no mercado do empreendedorismo aos menos favorecidos, por esse estar muitas vezes suscetível a desvios de finalidades e insucessos.

Dessa mesma forma, foram constatados desvios de finalidade na aplicação do recurso oriundo do microcrédito, no município de Poções. Assim confirmado, quando muitos dos microempreendedores pesquisados afirmaram tê-lo utilizado para outro fim que não no próprio negócio e, que a maioria destes ficara inadimplente em suas operações e/ou não mais mantiveram suas atividades empreendedoras.

Tais constatações deixam à mostra as fragilidades do microcrédito e as brechas que na prática se abrem por pressões naturais das influências do mercado econômico tradicional, e com isso as instituições financeiras tendem a descaracterizar a função social das operações de microcrédito.

Pode-se, por assim dizer, que as operações de microcrédito estão no grande conjunto das Microfinanças e, como demonstradas anteriormente, se diferem por razões específicas de mecanismos de oferta, intencionalidades e efeitos. Assim, verificou-se ainda que o MPO em Poções, sendo este não somente a oferta de meros créditos, mas também de acompanhamento da aplicação do mesmo pela instituição financeira, esta orientação não ocorreu, fragilizando todo o processo do programa.

Este dado ficou claro após ser levantada a questão da orientação com os tomadores entrevistados, quando a maioria deles disse não ter recebido qualquer visita da instituição financeira para lhe dar direção ou acompanhar a utilização dos créditos em seus negócios.

Assim, o MPO no município de Poções está também arraigado em problemas de metodologia pelo lado da oferta, bem como de aplicação pelos investidores, pelo lado da demanda, como demonstrados na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I. **Importância do setor informal da economia urbana em países da África Subsaariana**. *Finisterra*, [S.l.], v.40, n. 79, p. 53-72, 2005.

BACEN, BANCO CENTRAL DO BRASIL **Democratização do Crédito no Brasil**, 2006. Disponível em < [HTTP://www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br) > Acessado em 12 de janeiro de 2013.

BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento. **Conceito de Microfinanças**. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>, acessado em 20 de janeiro de 2013.

BRASIL, **Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm> Acessado em 12 janeiro de 2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina et al. **Microfinanças e Política Pública na América Latina**. Cadernos PROLAM/USP, ano 8 - vol. 1 – 2008.

CARVALHO, Daniela Moreira; ARAUJO, Elaine Aparecida; SALAZAR, Gérman torres; FERREIRA, Roberto do Nascimento. **Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza?** Disponível em <[HTTP://www.sober.org.br/palestra/13/196.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/13/196.pdf)> Acessado em 24 fev. 2013.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, Salvador, SEI, n.183, 2014. Disponível em <<http://www.sei.ba.gov.br>> p.28-35, acessado de abr. 2014 a fev. 2016.

FACHINI, Cristina. **Sustentabilidade financeira e custos de transação em uma organização de microcrédito no Brasil**. Piracicaba, 2005. Disponível em <[HTTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde.../cristina.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde.../cristina.pdf)> Acessado em 26/02/13.

FIORI, Anita et al. **Entendendo a história das microfinanças**. In: ROCHA, Angela da; MELLO, Renato Cotta de. O desafio das microfinanças. [S.l: s.n], 2004. p. 9-120.

MANUAL NORMATIVO - CAIXA, Administrativo - AD 001, pg. 03. Vigente em fevereiro de 2011.

MOTA, Bruno Lopes. **Análise da evolução do microcrédito na Bahia (1973-2008)**. Fortaleza, BNE - Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

PARENTE, Silvana. **O mercado financeiro e a população de baixa renda**. Tese apresentada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, Escritório no Brasil, em março de 2003. Disponível em

<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/11869/r136silvanaparenteomercadofinanc.pdf>> Acessado em 25 fev. de 2013.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: Saiba o que é um banco do povo.** Brasília, DF: Agência de Educação para o desenvolvimento, 2002. (Coleção Prazer em Conhecer, v. 1).

SANTOS, Arnaldo & GOIS, Francisco F. de. **Microcrédito e Desenvolvimento Regional.** Fundação Paulo Bonavides (FPB). Instituto para o Desenvolvimento de Estudos Econômicos, Sociais e Políticas Públicas (IDESPP): Premium, 2011.

SANTOS, M. **O Espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Francisco Alves. Rio de Janeiro - Brasil, 1979.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

SILVA, Clébia Mardônia Freitas. **Educação, microcrédito e pobreza no Brasil: o caráter educativo do microcrédito produtivo orientado nas experiências de bancos comunitários do Ceará.** Fortaleza: BNE - Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

SOARES, Marden Marques; e, MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de, **Microfinanças – o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito,** Banco Central, 2008.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. 5. ed. 4. reimp. São Paulo: Atlas, 2009. 313 p.

ANEXO**Questionário de Pesquisa****MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO NO MUNICÍPIO DE POÇÕES, BA,
PESQUISA REALIZADA EM NOVEMBRO DE 2015.**

1. Faixa etária:

- Até 18 anos
- De 19 a 25 anos
- De 26 a 40 anos
- De 41 a 55 anos
- Acima de 55 anos

2. Sexo

- Masculino
- Feminino

3. Estado Civil

- Solteiro
- Casado
- outros

4. Faixa de Renda

- de ½ até 2 Salários Mínimos (SM)
- de 2 SM a 3 SM
- de 3 SM a 4 SM
- Mais que 4 SM

5. Escolaridade

- Sem escolaridade
- Primeiro Grau Completo Incompleto
- Segundo Grau Completo Incompleto
- Superior Completo Incompleto

6. Ramo da Atividade

- Comércio
- Prestação de Serviços
- Micro Manufaturas.

7. Faixa de valor do Crédito contratado

- Até R\$ 1 mil
- Entre R\$ 1mil a R\$ 2mil
- de R\$ 2mil a R\$ 3mil
- de R\$ 3mil a R\$ 5mil
- maior que R\$ 5mil

8. Quais dos motivos relacionados abaixo o (a) levaram a contratar o MPO?

(A pergunta permite mais de uma resposta).

- Dificuldade financeira
- Compra de matéria-prima
- Aquisição de máquinas e/ou equipamentos inerentes ao negócio
- Capital de Giro
- Pagamento a fornecedores
- Pagamento de salários
- Despesas familiares
- Aquisição de bem pessoal/particular
- Pagamento de dívidas

9. Como tomou conhecimento da oferta do crédito MPO?

- Jornais, revistas ou telejornais
- Internet
- Amigos
- Na CAIXA
- outros

10. O crédito teve alguma repercussão direta no negócio?

- Sim, para melhor

- () Sim, para pior
- () Indiferente

11. Houve dificuldade para pagar as prestações do empréstimo?

- () Sim
- () Não

12. Se sim para a pergunta anterior, qual ou quais as maiores dificuldades para honrar os pagamentos:

- () Valor das parcelas
- () Quantidade de parcelas
- () outros: _____

13. O MPO foi importante para você, em que sentido? Discorra brevemente.
